

Aula 3

A TEORIA DA LITERATURA E OS ESTUDOS CULTURAIS

META

Apresentar o processo de institucionalização dos Estudos Culturais como campo acadêmico e suas implicações nos estudos literários.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá: reconhecer as principais tendências dos Estudos Culturais e relacioná-las com os estudos literários, especialmente com a Teoria da Literatura.

PRÉ-REQUISITOS

O aluno deverá ter noções sobre a historicidade do conceito de literatura; do processo de formação e institucionalização da História Literária e da Teoria da Literatura como disciplinas que têm na Literatura seu objeto de estudo; e da relação entre História Literária e ensino da Literatura.

Luiz Eduardo Oliveira

INTRODUÇÃO

Caro aluno, a relação entre Teoria da Literatura e Estudos Culturais é muito mais íntima do que se imagina. O sucesso acadêmico e comercial dos Estudos Culturais, em termos editoriais, cinematográficos e de eventos científicos e culturais variados, fez com que esse recente campo de estudos alcançasse um espaço relevante na mídia, dado o caráter interventor dos próprios projetos acadêmicos de seus principais mentores, ou “pais fundadores”, pelo menos em sua primeira fase.

Por outro lado, o fato de que os professores de literatura, durante a década de 1990, tenham se voltado para objetos de estudo que nem sempre contemplam a Literatura em seu sentido estrito, isto é, já consolidado pelo campo dos estudos literários, como, por exemplo, anúncios publicitários, manifestações da “cultura popular” ou da “cultura de massa”, tratando o texto literário como uma prática cultural dentre tantas outras, soou aos ouvidos mais tradicionais ou conservadores como uma notícia bombástica, uma espécie de ameaça à integridade e autonomia dos estudos literários, de modo geral, e da Teoria da Literatura, em particular, como disciplina acadêmica.

Voltando à afirmação inicial do primeiro parágrafo desta Introdução, a relação entre Teoria da Literatura e Estudos Culturais pode ser verificada através de dois fatos bastante significativos: 1) a filiação acadêmica de duas das figuras centrais a partir de cujos trabalhos se configurou a nova disciplina, Raymond Williams (1921-1988) e Richard Hoggart (1918-), tem origem nos estudos literários; 2) a motivação principal dos Estudos Culturais, na Inglaterra, foi uma crítica ao Inglês, isto é, ao ensino da Literatura Inglesa, tal como se consolidou nos currículos das universidades no período entreguerras, sob a liderança do crítico e professor Frank Raymond Leavis (1895-1978), um dos mais empenhados defensores do “new criticism” e do conceito de “close reading”, uma leitura analítica e estruturalista do texto literário.

Contudo, não se pode dizer que os Estudos Culturais sejam a disciplina acadêmica que veio substituir a Teoria da Literatura no campo dos estudos literários, como faz supor o fato de que muitos dos programas de pós-graduação inicialmente voltados para a Literatura, inclusive no Brasil, tenham adotado, às vezes por uma mudança de perspectiva teórica, às vezes por simples moda acadêmica, os Estudos Culturais como objeto de pesquisa. Ademais, não se pode restringir o diálogo interdisciplinar dos Estudos Culturais ao âmbito da Teoria da Literatura, uma vez que seus limites como disciplina acadêmica ainda em processo de configuração são muito difíceis de ser delineados, inclusive pelos seus “pais fundadores”.

Stuart Hall (1932-), por exemplo, afirma que os Estudos Culturais podem ser considerados como um espaço intelectual de convergências entre tradições acadêmicas deslocadas, como a Sociologia, a Antropologia e a Crítica Literária (HALL, 2004, p. 21). Cevalco (2003, p. 73), por sua vez, afirma que os Estudos Culturais, como projeto interdisciplinar, situam-se em um amálgama

de quatro disciplinas: Comunicação, História, Sociologia e, principalmente, English, isto é, Literatura Inglesa.

Do Inglês, segundo a mesma autora, a nova disciplina reteve o interesse no texto e na textualidade, incluindo as formas populares de cultura e ultrapassando o paradigma de estudos de língua/literatura que caracterizava a disciplina. Com essa nova abordagem, o conceito de Literatura foi repensado, ampliando a lista do cânone, que passou a abranger mulheres, negros e homossexuais. Da História, a ênfase recaiu sobre a escola de Edward P. Thompson (1924-1993), isto é, a história “dos de baixo”, baseada na história oral e na memória popular. Das mídias surgiu o interesse pelo estudo das relações entre os meios de comunicação e a sociedade, e da Sociologia, finalmente, adveio a inspiração para estudar a etnografia e as “subculturas”.

Vale a pena ainda observar que os débitos teóricos dos Estudos Culturais não se limitam aos “pais fundadores” ou às disciplinas acima mencionadas, pois abrangem intelectuais como Antonio Gramsci (1891-1937), Louis Althusser (1918-1990) e Michel Foucault (1926-1984), dentre outros, para não falar de certas disputas de território institucionais e de objetos de estudos, as quais se apresentam muito mais como um embate político do que como um debate epistemológico. Vejamos como tudo começou.



Antonio Gramsci (acima à esq), Michel Foucault (acima à dir) e Louis Althusser (abaixo) (Fontes: 1 - <http://brasil.indymedia.org>; 2 - <http://www.foucault.qut.edu.au>; 3 - <http://www.imec-archives.com>).

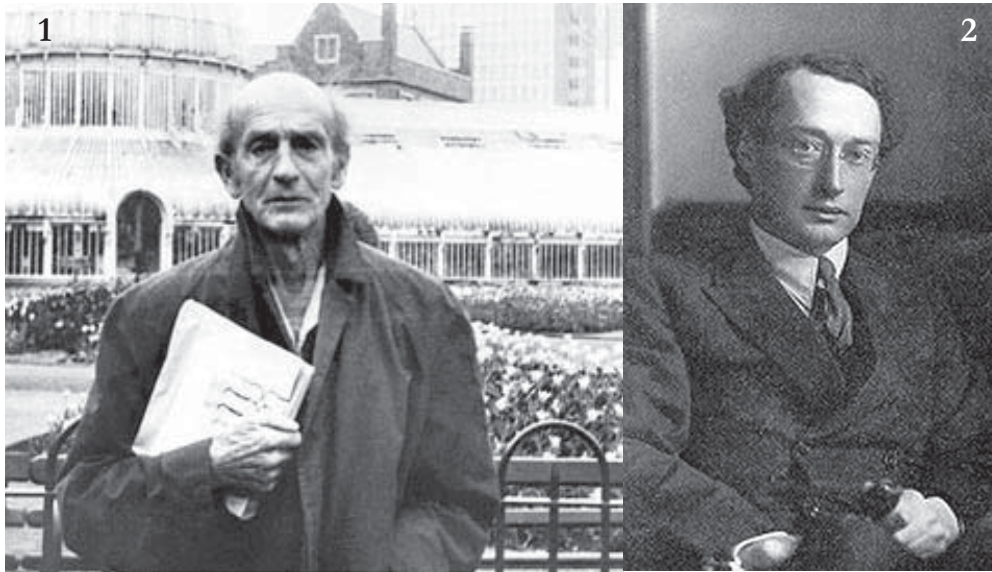
LITERATURA INGLESA

O processo de institucionalização da Literatura Inglesa como disciplina acadêmica, na Inglaterra, é muito esclarecedor a respeito da constituição da Teoria da Literatura como disciplina hegemônica no campo dos estudos literários, assim como do caráter ideológico que a Literatura assume em determinados momentos históricos. Segundo Eagleton (1983), a Literatura Inglesa, como atividade liberal e humanizadora, poderia servir, no final do século XIX, como antídoto poderoso contra o excesso religioso e o extremismo ideológico, uma vez que, tratando de “valores humanos universais”, e não de “trivialidades históricas”, como guerras civis, a opressão das mulheres e a exploração das classes trabalhadoras, poderia fazer com que tais questões fossem esquecidas e substituídas pela contemplação elevada das verdades e belezas eternas. Nesse sentido, poderia ser comparada como um novo tipo de religião, pois alcançaria o povo sem o trabalho de ensinar-lhe os Clássicos, uma vez que a Literatura Inglesa era escrita em sua própria língua:

Como a religião, a literatura atua principalmente por meio da emoção e da experiência, razão pela qual se adequam admiravelmente à realização da tarefa ideológica que a religião havia abandonado. Em nossa época, a literatura tornou-se realmente o oposto do pensamento analítico e da investigação conceitual: enquanto cientistas, filósofos e teóricos políticos se oneram com essas empresas enfadonhamente discursivas; os estudiosos da literatura ocupam o território mais valorizado do sentimento e da experiência (EAGLETON, 1983, p. 28-29).

Não foi por acaso, portanto, que o Inglês como disciplina acadêmica se institucionalizou primeiro fora das universidades, em institutos e cursos profissionalizantes e de extensão direcionados para as classes populares, sendo sua ascensão processada paralelamente à lenta admissão das mulheres nas instituições de Educação Superior, bem como ao acesso paulatino do público masculino oriundo das classes trabalhadoras ao que ficou concebido como “o clássico dos pobres”.

No início do século XX, a nova disciplina assumiu uma função claramente política, uma vez que, com o advento da Primeira Guerra Mundial, quando a hegemonia do capitalismo britânico foi ameaçada pelos Estados Unidos e pela Alemanha, ela passou a servir a um projeto de reconstrução da identidade nacional, tendo como principais representantes de uma utópica tradição orgânica e igualitária da sociedade inglesa autores como William Shakespeare (1564-1616) e John Milton (1608-1674).



Frank Raymond Leavis (esq.) e Ivor Armstrong Richards (dir) (Fonte: 1 - <http://media-2.web.britannica.com>; 2 - <http://upload.wikimedia.org>).

Por outro lado, essa função política do Inglês funcionou como justificativa para sua entrada nas duas principais instituições de Educação Superior da Inglaterra: Oxford e Cambridge.

Os principais arquitetos da disciplina, como o já mencionado **F. R. Leavis** e I. A. Richards (1893-1979), eram descendentes da pequena burguesia provinciana que trabalharam, em seus estudos e artigos publicados na revista *Scrutiny*, para fazer do Inglês uma disciplina séria, buscando apagar sua condição de “clássico dos pobres”, isto é, de matéria adequada somente para mulheres e estudantes das classes trabalhadoras e de países do “terceiro mundo”.

As estratégias utilizadas pela *Scrutiny* foram a “crítica prática” e a “leitura analítica” (*close reading*). A “crítica prática” rejeitava todos os fatores externos do texto literário, uma vez que o leitor, pela própria estrutura da obra, poderia julgar a sua grandeza sem precisar levar em conta suas idéias ou seu contexto histórico. A “leitura analítica”, por sua vez, insistia na atenção à estrutura interna da obra, isto é, nas “palavras contidas na página”, sem levar em conta os contextos que as produziram. Nesse sentido, ela estimulava a ilusão de que qualquer trecho de linguagem literária poderia ser entendido isoladamente. Tratava-se, como afirma Eagleton (1983), de uma reificação da obra literária, estudada como um objeto em si mesmo, algo que triunfaria com a Nova Crítica (*New Criticism*):

Em outras palavras, como a *Scrutiny*, a Nova Crítica era a ideologia de uma intelectualidade sem raízes, defensiva, que reinventou na literatura aquilo que não podia localizar na realidade. A poesia era a nova religião, um abrigo nostálgico para as alienações do capitalismo

Ver glossário no final da Aula

industrial. O poema era opaco à investigação racional, tal como o Todo-Poderoso: existia como um objeto encerrado em si mesmo, misteriosamente intacto em seu ser excepcional (EAGLETON, 1983, p. 51).

Os “novos críticos”, ao romperem com uma noção de Literatura baseada nos grandes homens, típica de uma tradição biográfica da História Literária, como vimos na Aula 2, insistiam em que as intenções do autor não tinham relevância para a interpretação de seus textos, e que as reações emocionais dos leitores não poderiam ser confundidas com o significado do poema, pois este era público e objetivo, inscrito que estava na própria linguagem do texto literário. Assim, a Nova Crítica, de acordo com seus pressupostos básicos, defendidos tanto pelos ingleses da Scrutiny quanto pelos teóricos norte-americanos, era uma crítica de fundo irracionalista, associada, por um lado, a uma espécie de dogma religioso, e, por outro, a uma política de direita, pois a irrelevância atribuída às condições históricas da obra literária fazia com que vários dos problemas sociais urgentes no período, com a exploração dos trabalhadores e a opressão das mulheres, para não falar da situação dos imigrantes negros de países colonizados pela Grã-Bretanha, fossem conscientes ou inconscientemente ignorados pelos estudiosos de Literatura.

Como podemos perceber, a constituição da Literatura Inglesa como disciplina acadêmica, ao mesmo tempo em que serviu de arma ideológica, ascendendo ao poder às costas de um nacionalismo de guerra, sob o patrocínio de uma classe governante inglesa cujo senso de identidade havia sido abalado, representa também a consagração do caráter “científico” de um saber antes considerado menor, uma vez que era atributo de classes inferiorizadas, pela sua condição econômica, étnica ou de gênero, e que era agora alçado ao estatuto de conhecimento acadêmico digno de ser estudado, graças ao desenvolvimento da Teoria da Literatura, que lhe forneceu as bases teóricas necessárias para que ela pudesse entrar nos currículos das universidades de Cambridge e Oxford.

OS “PAIS FUNDADORES” DOS ESTUDOS CULTURAIS

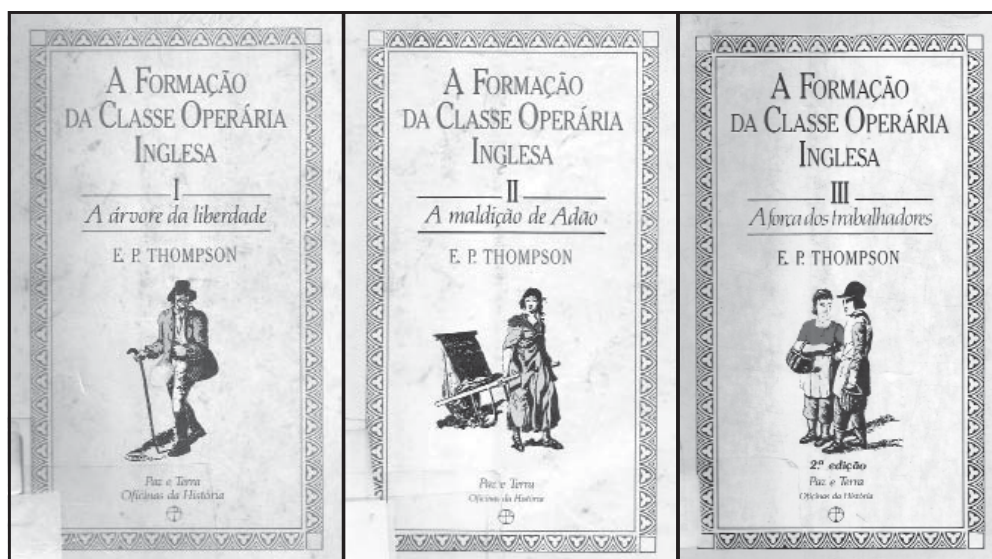
Como ocorre com o processo de constituição de qualquer disciplina acadêmica, há sempre muita controvérsia a respeito de quais foram as personagens e circunstâncias a partir das quais a disciplina se constituiu, concorrendo para sua institucionalização nos currículos das universidades. Não é diferente o caso dos Estudos Culturais. Segundo Culler (1999), a emergência dos Estudos Culturais relaciona-se com uma dupla origem: uma francesa e outra inglesa.

A fonte francesa seria o estruturalismo da década de 1960, que tratava a cultura como uma série de práticas cujas regras ou convenções deveriam

ser descritas. Um trabalho pioneiro, nesse sentido, teria sido *Mitologias* (1957), de Roland Barthes (1915-1980), no qual o autor empreende uma breve leitura de várias atividades culturais, da luta livre aos anúncios de automóveis e detergentes. Para Barthes, era preciso desmistificar a idéia de que a cultura é algo natural e insistir no fato de que toda e qualquer prática cultural é historicamente constituída.

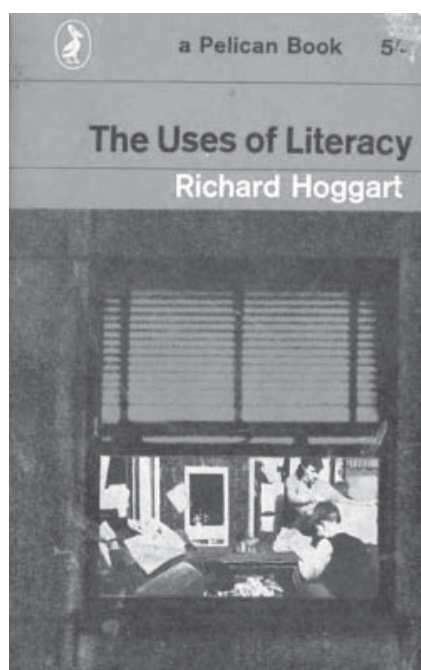
A fonte inglesa, a seu ver, estaria relacionada com a Teoria Literária marxista de origem britânica, representada pelos trabalhos de Raymond Williams, especialmente em sua obra *Culture and Society* (*Cultura e Sociedade*), de 1957, e de Richard Hoggart (1918-), o qual procurou resgatar e explorar a cultura popular da classe trabalhadora em *The Uses of Litteracy* (*Os Usos do Letramento*).

Stuart Hall, por seu turno, apesar de reconhecer certos débitos teóricos para com alguns intelectuais franceses, afirma que as origens dos Estudos Culturais encontram-se em três livros: *The Making of the English Working Class* (*A Formação da Classe Trabalhadora Inglesa*), de E. P. Thompson, e os dois trabalhos já mencionados de Williams e Hoggart. Independente da possível briga de campo acadêmico que permeia tal discussão, mesmo porque a constituição de uma disciplina acadêmica se processa de maneira muito mais complexa do que a partir de obras ou autores que, de algum modo, forneceram os elementos básicos para a nova disciplina, a constituição dos Estudos Culturais envolveu vários agentes e instituições sociais nem sempre visíveis em panoramas históricos ou nas memórias escritas pelos seus próprios “pais fundadores”. Façamos, neste capítulo, um breve perfil dos principais nomes que se relacionam com a formação dos Estudos Culturais, especialmente aqueles que, estando na Inglaterra no momento de sua constituição, tiveram participação mais evidente em tal processo.



Capas dos 3 volumes de edição brasileira da obra *A formação da classe operária inglesa*, de E. P. Thompson.

Richard Hoggart (1918-) iniciou sua carreira acadêmica em um departamento extra-muros da Universidade de Hull, trabalhando durante cinco anos, juntamente com Williams e Thompson, para uma organização de esquerda dedicada à educação dos trabalhadores, a *Worker's Educational Association* – WEA – (Associação Educacional dos Trabalhadores). Segundo Cevasco (2003, p. 62), as escolas noturnas para trabalhadores eram uma tradição já estabelecida na Inglaterra antes mesmo da Segunda Guerra Mundial, alcançando um momento de expansão na década de 1950, quando a WEA tinha noventa mil alunos matriculados. É muito provável que sua experiência como professor, aliada à sua militância política – que pode ser vista em sua participação na campanha da Itália – tenha servido de base para a produção de sua mais importante obra, *The Uses of Literacy* (1957), com a qual se tornou um dos *founding founders* (pais fundadores) dos Estudos Culturais, apesar de seus vários artigos sobre cultura popular e educação na Grã-Bretanha.



Inicialmente influenciado, como Williams, por Leavis e pela *Scrutiny*, Hoggart, entre os “pais fundadores”, foi o único a não ter mantido um diálogo teórico privilegiado com o marxismo, sendo seus compromissos políticos considerados por Mattelart e Neveu (2004) como “liberais”. Desse modo, ele reivindica uma filiação humanista, inscrita nos estudos de Literatura e Civilização, embora tenha contribuído para sua redefinição, rejeitando sua tradição elitista. Nas análises de *The Uses of Literacy*, suas desconfianças com a industrialização da cultura fazem com que sua abordagem das práticas culturais populares ancore-se nessa crença, motivo pelo qual, em sua obra, apareça a distinção problemática entre “cultura de massa” – imposta ao povo – e “cultura popular” – expressão cultural do povo.

Em *The Uses of Literacy*, o objeto central é o impacto da cultura de massas sobre as tradições culturais da classe trabalhadora, que estariam sendo destruídas pela má qualidade das novas manifestações. Para Cevasco (2003, p. 21), “sua atenção detida aos procedimentos da imprensa popular, do cinema e dos costumes da vida cotidiana faz do seu livro um dos primeiros exemplos do tipo de investigação que marcaria os estudos culturais”.

Em 1964, Hoggart fundou, a partir do Departamento de Inglês da Universidade de Birmingham, o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, o qual dirigiu até 1968. O CCCS (*Centre for Contemporary Cultural Studies*) foi o primeiro espaço institucional dos Estudos Culturais como disciplina acadêmica. De Birmingham saíram os primeiros professores e alunos da nova disciplina, que aos poucos foi sendo instituída nas universidades de vários países, inclusive no Brasil.

Para muitos a figura central dos Estudos Culturais, **Raymond Williams** é o autor de *Culture and Society* (*Cultura e Sociedade*), de 1958, uma espécie

de genealogia do conceito de cultura na sociedade industrial, desde os românticos até George Orwell (1903-1950), incluindo ainda autores como Leavis e T. S. Eliot (1888-1965). Segundo Mattelart e Neveu (2004, p. 46-47), seu conceito de *structures of feeling* (estruturas de sentimento), que estabelece a relação entre as noções, práticas e formas culturais e os sistemas de percepção e sensibilidade que exprimem e cristalizam, foi elaborado em diálogo com os trabalhos do sociólogo da Literatura francês Lucien Goldmann (1913-1970). A problemática esboçada em *Culture and Society* desdobra-se em *The Long Revolution* (*A Longa Revolução*), de 1961, obra que ressalta o papel dos sistemas de educação e comunicação na dinâmica de mudança social, contribuindo para a construção de um programa democrático de reforma das instituições culturais.

Williams, filho de um trabalhador ferroviário de uma vila galesa (Llanfihangel Crucorney), estudou no tradicional *Trinity College*, Cambridge, período em que se afiliou ao partido Comunista Britânico, conseguindo seu título de mestre em 1946. Após ensinar pelo já referido programa de educação para adultos (WEA), tornou-se professor de dramaturgia na Universidade de Cambridge, onde havia sido aluno e discípulo de Leavis. Aposentando-se somente em 1983, teve uma carreira acadêmica longa, escrevendo vários artigos, livros teóricos e um romance.

Para Cevasco (2003, p. 109), em meio à efervescência de importação de idéias francesas, italianas e alemãs, principalmente através dos intelectuais da Escola de Frankfurt, a única posição teórica original britânica tomou corpo no trabalho de Raymond Williams. Desenhando uma tradição britânica de se pensar a qualidade de vida da sociedade mediante uma discussão sobre cultura, Williams, em sua primeira grande obra, *Culture and Society*, critica essa visão abstrata e absoluta de cultura, desconectada do contexto social que a produz, estabelecendo assim os instrumentos teóricos do que se convencionou chamar de “materialismo cultural”, que pode ser descrito como uma tentativa de levar às últimas conseqüências o legado de Karl Marx (1818-1883) de pensar a cultura como uma atividade material da sociedade.

Além de um teórico de grande importância, Williams foi um incansável militante político, envolvendo-se nas discussões sobre o controle democrático da mídia em um programa socialista. Sempre se manteve atento e crítico ao processo de consolidação e desenvolvimento dos Estudos Culturais, afirmando, em uma conferência ministrada em 1986 na *NorthEast London Polytechnic*, que os Estudos Culturais, isto é, a mudança de perspectiva no ensino das Artes e da Literatura e sua relação com a História e a Sociedade Contemporânea, não surgiram a partir do seu livro de 1958, mas da Educação para Adultos – WEA – (*apud* CEVASCO, 2003, p. 61).

Edward Palmer Thompson, durante a Segunda Guerra Mundial, também se empenhou na luta contra o governo fascista de Benito Mussolini (1883-1945), estudou em Cambridge, no *Corpus Christi College*, e aderiu ao Partido Comunista Britânico, formando em 1946 um grupo de estudos históricos marxistas com intelectuais como Eric Hobsbawn (1917-), dentre

outros. Lecionou na Universidade de Leeds pela WEA e foi professor da Universidade de Warwick de 1965 a 1971, dando cursos esporádicos em universidades norte-americanas. Atuou como pacifista anti-nuclear nos anos de 1980 e, de 1988 até o final de sua vida, foi professor na Universidade de Manchester, Inglaterra, na Universidade de Kingston, Canadá, e na Universidade de Rutgers, Estados Unidos.

Como Williams e Hall, Thompson foi membro da *New Left Review* (*Revista da Nova Esquerda*), fundada em 1960 em resposta à crise de 1956, marcada pela “quebra de fé na União Soviética” – as revelações que o ministro soviético Nikita Kruchev (1894-1971) fez, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, sobre as atrocidades stalinistas e a invasão da Hungria – e pela desintegração do Partido Comunista Britânico (CEVASCO, 2003, p. 82-83).

Conforme suas próprias palavras, sua principal preocupação, ao longo de sua carreira, foi abordar o que considerava em Marx um silêncio: “um silêncio no domínio do que os antropólogos chama ‘o sistema de valores’ [...]. Um silêncio com relação às mediações de tipo cultural e moral” (*apud* MTTTELART e NEVEU, 2004, p. 46).

Conforme os autores acima citados, o trabalho de Thompson pode ser descrito como a opção por uma história centrada na vida e nas práticas de resistência das classes populares. Sua obra mais conhecida, *The Making of the English Working Class (A Formação da Classe Trabalhadora Inglesa)*, de 1963, hoje é um clássico da historiografia marxista.

Apesar de somente oito anos mais novo que Thompson, o intelectual jamaicano Stuart Hall pertence a uma geração que não participou da Segunda Guerra Mundial. Apesar de sua destacada militância política – foi ele o primeiro editor da *New Left Review* –, sua produção acadêmica só veio alcançar prestígio na década de 1970, quando passou a dirigir o CCCS, na Universidade de Birminham.

Ele deixou a Jamaica em 1951 e estudou Letras (Inglês) na Universidade de Oxford, onde se vinculou aos militantes nacionalistas de nações colonizadas e aos meios da esquerda marxista, sem se filiar ao Partido Comunista. Em 1957, assumiu o posto de professor em uma escola secundária de Brixton, bairro popular londrino, e em 1961 deu um curso sobre mídia e cinema na Universidade de Londres. Conforme Mattelart e Neveu (2004, p. 59), Hall não é autor de livros de referência, ao contrário dos outros “pais fundadores”, mas de uma grande quantidade de artigos, desempenhando um papel de empreendedor científico em Birminham. Estudioso de várias manifestações da cultura popular, das fofocas da imprensa ao movimento rastafári e punk (5), Hall preocupa-se com a sistematização da teoria no seio dos Estudos Culturais, envolvendo um leque que vai das heranças do marxismo aos empréstimos teóricos tomados do pós-modernismo ou da desconstrução. Em 1979, Hall integrou-se à *Open University* (Universidade Aberta, ou a distância), e atualmente é um dos intelectuais mais solicitados para conferências ou colóquios importantes sobre Estudos Culturais.

EXPANSÃO E CRISE DOS ESTUDOS CULTURAIS

Cinquenta anos depois da publicação do livro de Hoggart, o sucesso editorial e acadêmico dos Estudos Culturais é espantoso. Em 2002, por exemplo, um mecanismo de busca da Internet registrava mais de dois milhões e quinhentas mil referências distintas a partir de tal expressão (MATTELART e NEVEU, 2004, p. 127). Sua visibilidade científica, entretanto, tanto no mundo anglófono quanto em outros países, coincide com a circulação, a partir de 1972, dos *working papers* (artigos mimeografados, formando uma espécie de revista artesanal), textos que foram depois compilados em livros e compõem o melhor da produção da equipe do CCCS. Grande parte da produção dessa época trata das “subculturas” jovens: *rastas, mods, skinheads, rockers*, etc. A ênfase é posta sobre o modo como, sob pressão estrutural, os jovens desenvolvem táticas de seleção em seu potencial identitário.

Ainda no final da década de 1970, foi lançada a coletânea *Women take issue* (*As mulheres discordam*), de 1978, pelo grupo de estudos sobre a mulher do CCCS. Segundo Mattelart e Neveu (2004, p. 69), a valorização dos estudos de gênero é tributária do trabalho empírico que manifesta as diferenças de consumo e apreciação entre homens e mulheres em matéria de televisão ou de bens culturais. Com a coletânea *The empire strikes back* (*O império contra ataca*), de 1982, a atenção se voltou para as questões de racismo suscitadas pela situação das comunidades imigrantes nas grandes cidades. A questão da recepção na mídia, o problema da desintegração e da pluralização das identidades, a herança e a crise do marxismo teórico nos estudos do CCCS, enfim, toda a trajetória dos Estudos Culturais aponta para dois caminhos. Se, por um lado, o ritmo acelerado das publicações e o aparecimento de novos departamentos, nos dois lados do Atlântico, indicam a internacionalização da disciplina, por outro, a facilidade com que tais novidades são adotadas pode ser interpretada como a perda de identidade contestatória da disciplina, bem como de seu rigor teórico e acadêmico. Comentando essa situação, escreve Cevalco (2003, p. 155-156):

Com essa expansão vêm os benefícios de uma produção mais numerosa, que assegura a continuidade da conversação dos estudos culturais. Mas essa conversação, como ensinou Williams, traz as marcas de seu tempo. Trata-se de um momento em que a mercantilização assombra todos os esforços, mesmo os que se querem opositores, como os estudos culturais.

As marcas do tempo, no caso dos Estudos Culturais, é a perda do vínculo entre trabalho teórico e trabalho político, ou seja, o afastamento da disciplina de sua fundamentação marxista, do materialismo cultural, tal como teorizou Williams, um de seus “pais fundadores”. Segundo a autora acima citada, no Brasil, a data oficial do reconhecimento institucional dos Estudos Culturais é 1998, ano em que a Associação Brasileira de Literatura

Comparada, a ABRALIC, escolheu para seu congresso bienal o tema “Literatura Comparada = Estudos Culturais?”. Contudo, já em 1997 a ABRAPUI (Associação Brasileira dos Professores Universitários de Inglês), em um SENAPULLI (Seminário Nacional de Professores Universitários de Literatura de Língua Inglesa) realizado em Atibaia, São Paulo, teve como tema a relação entre “Literatura e Estudos Culturais”. Sua popularização nos meios acadêmicos brasileiros pode ser constatada pelo número de programas de pós-graduação que, antes voltados para os estudos literários, hoje dedicam-se aos Estudos Culturais.

Por outro lado, no momento em que o grau de mercantilização da vida faz com que a “diversidade cultural” signifique apenas a pluralidade da oferta de produtos e de serviços em um mercado globalizado, o fracasso das mobilizações políticas contra a globalização acabou afetando o trabalho dos pesquisadores, apresentando-lhes novos caminhos e novas possibilidades de articulação entre o trabalho teórico e um compromisso social. Mattelart e Neveu (2004, p. 198) apresentam três sugestões para que os Estudos Culturais possam ser renovados: 1. reatar com o “materialismo cultural” explorado por Thompson e Williams; 2. romper com todos os pós-academicismos, aceitando os desafios da ruptura com modelos teóricos e objetos rotinizados; 3. abrir-se a novas linhas e fronteiras disciplinares que a evolução do mundo e dos territórios acadêmicos proporciona. Resta saber como essa crise dos Estudos Culturais afeta os estudos literários.

CONCLUSÃO

Como vimos, caro aluno, o projeto dos Estudos Culturais é entender o funcionamento da cultura, principalmente no mundo moderno, isto é, como as práticas e manifestações culturais são produzidas e como as identidades culturais são construídas e organizadas, para os indivíduos e grupos, em um mundo de comunidades heterogêneas, poder estatal, indústria da mídia e corporações multinacionais. Desse modo, os Estudos Culturais incluem e abrangem os estudos literários, pois analisam a Literatura como uma prática cultural dentre outras. Dessa afirmação surge um problema fundamental: até que ponto os estudos literários ganham ou perdem com a chegada dos Estudos Culturais?

Em certa medida, os Estudos Culturais apareceram como uma aplicação das técnicas de análise literária oriundas da Teoria da Literatura para outros materiais culturais, tratando as mais variadas manifestações culturais como “textos” a serem lidos e interpretados. Nessa perspectiva, os estudos literários saem ganhando, uma vez que, estudando a Literatura como uma prática significativa entre outras, e examinando os papéis culturais com os quais a Literatura tem sido investida no decorrer da história, a nova disciplina pode intensificar o estudo de obras literárias como um fenômeno intertextual e complexo.

Segundo Culler (1999), as relações entre estudos literários e Estudos Culturais podem ser agrupadas em dois tópicos: 1. a questão dos cânones

literários; 2. os métodos apropriados para a análise de objetos culturais. Quanto à primeira questão, se, por um lado, os Estudos Culturais podem ampliar o cânone ocidental, que é acentuadamente europeu, branco e machista, incluindo autores e autoras de países pós-coloniais, por outro pode vulgarizar as análises e encorajar o estudo de filmes, novelas de tevê e outros produtos da “cultura de massa”, em detrimento de obras literárias. Antes de criticar ou desconstruir o cânone, é preciso conhecê-lo.

Quanto à segunda questão, há sempre um grande risco em se descartar alguns métodos que, embora em alguns aspectos ultrapassados, representam um rigor acadêmico característico da Teoria da Literatura, especialmente em sua versão formalista, em nome de uma liberdade de abordagem que, muitas vezes, são apenas conteudistas, no pior sentido do termo. Não são raras, por exemplo, as ocasiões em que são apresentados trabalhos em congressos científicos que, analisando textos literários com o suposto paradigma dos Estudos Culturais, que, a essa altura, abrange quase tudo que se encontra entre o céu e a terra, os apresentam apenas como sintomas sociais de questões de gênero, etnia ou identidade, sem qualquer trabalho de análise do modo como tais representações são construídas, ou como tais efeitos são produzidos.

Não devemos nos fechar para as novidades que se apresentam a cada dia no mundo acadêmico, mas também não devemos recebê-las de forma passiva, ou acrítica. São muitas as contribuições dos Estudos Culturais para os estudos literários, assim como muito consistentes são os instrumentais teóricos fornecidos pela Teoria da Literatura para a crítica cultural. Se os estudos literários não devem se fechar em uma disciplina que já deu mostras de sua defasagem com relação às manifestações culturais contemporâneas, os Estudos Culturais não podem ignorar seus pressupostos teóricos, sob pena de cair no descrédito acadêmico pela irrelevância dos resultados de suas pesquisas.



Jonathan Culler (Fonte: <http://www.news.cornell.edu>).



RESUMO

Na aula de hoje, você aprendeu um pouco acerca do debate contemporâneo dos estudos literários. A Teoria da Literatura, que alcançou seu auge acadêmico a partir da década de 1940, com o sucesso editorial do manual de Wellek e Warren, como vimos na Aula 1, se manteve hegemônica como disciplina dos estudos literários até o final dos anos de 1980, quando começou a ser questionada a partir de novas perspectivas teóricas e, especialmente, pelo “boom” dos Estudos Culturais na década de 1990.

Você teve também a oportunidade de observar como a constituição dos Estudos Culturais como disciplina acadêmica se encontra intimamente relacionada com a Teoria da Literatura. No caso das universidades inglesas, onde primeiro se institucionalizara, a nova disciplina surgiu de um questionamento do “Inglês”, isto é, da Literatura Inglesa, que tinha alcançado prestígio acadêmico concomitantemente à Teoria da Literatura, no resto da Europa e nos Estados Unidos, entre as décadas de 1930 e 1940. Tal questionamento começou a aparecer ainda no final da década de 1950, com os livros de Williams e Hoggart, ex-alunos de Inglês de Cambridge.

O primeiro espaço institucional da nova disciplina foi a Universidade de Birmingham, onde Hoggart fundou, em 1964, o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CCCS em inglês). Sob a direção de Hall, a partir da década de 1970, o CCCS formou grande parte dos professores e defensores dos Estudos Culturais, no resto da Europa e nos Estados Unidos, alcançando um grau de popularidade e sucesso acadêmico, na década de 1990, que pôs em cheque muitos dos departamentos de pós-graduação em estudos literários, que viram seu objeto de estudo principal ser invadido pelas novas abordagens culturais.

As principais tendências dos Estudos Culturais são: o estudo das culturas populares e da indústria cultural, envolvendo os meios de comunicação; das “subculturas” jovens das grandes cidades; das questões de gênero e etnia; da fragmentação das identidades e da produção e recepção cultural em um mundo ideologicamente “globalizado”. Tais tendências afetaram os estudos literários, e especialmente a Teoria da Literatura, em dois aspectos principais: a construção e redefinição do cânone literário e o método e fundamentação teórica apropriados para a análise de objetos culturais.

Daí surgiram dois impasses para os estudiosos de literatura: 1. se, por um lado, é importante que se amplie um cânone tradicional e ideologicamente fechado, que inclui, em sua maior parte, autores homens, brancos e europeus, por outro, não se pode questionar ou desconstruir esse mesmo cânone, em favor de outras práticas e manifestações culturais, sem conhecê-lo, isto é, sem estudá-lo. 2. Se são de extrema relevância as análises de aspectos relacionados

às questões das culturas populares ou de massa; de etnia, de gênero e demais problemas sociais em obras literárias, é preciso não reduzir o texto literário a um documento sintomático de tais questões, utilizando-se melhor do instrumental teórico fornecido pela Teoria da Literatura em tais abordagens, mesmo porque há documentos de outras espécie, e práticas e manifestações culturais outras, em que essas questões podem ser melhor exploradas.

Hoje, os estudos literários passam por um momento de redefinição, tanto de seus pressupostos teóricos quanto de seu objeto de estudo, e é preciso que os estudiosos da Literatura se apropriem criticamente dos empréstimos de outras disciplinas, novas ou tradicionais, para que se possam lançar novos olhares sobre velhos e canonizados objetos, fazendo com que o estudo da Literatura contribua, de algum modo, para pensar melhor os problemas do mundo.



Manifestações culturais no Brasil contemporâneo. À esquerda, show de axé music. À direita, lambe-sujo (Fontes: 1 - <http://www.metropolionline.com.br>; 2 - <http://www.overmundo.com.br>).



ATIVIDADES

Redija um texto de no máximo duas páginas, utilizando fonte 12, Times New Roman, e espaço 1,5, com o seguinte título:

“Estudos Literários e Estudos Culturais: diálogos, confrontos e perspectivas”

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

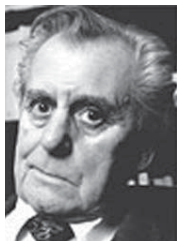
Essa atividade tem por finalidade principal fazer com que você construa um texto-síntese dos principais pontos abordados nesta terceira aula, de modo a explicar o processo de constituição dos Estudos Culturais como disciplina acadêmica, suas principais tendências e seus diálogos e conflitos com os estudos literários. Procure explicitar, em sua argumentação, a constituição da Literatura Inglesa como saber acadêmico, a contribuição dos “pais fundadores” para os Estudos Culturais e o processo de expansão e crise da nova disciplina.

REFERÊNCIAS

- CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo Editorial 2003.
- CULLER, Jonathan. **Teoria literária: uma introdução**. Tradução de Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca, 1999.
- EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura: uma introdução**. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- HALL, Stuart et all. **Culture, media, language**. London: Routledge; Birmingham: Centre for Contemporary Cultural Studies, 2004.
- MATTELART, Armand; NEVEU, Érik. **Introdução aos estudos culturais**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

GLÓSSARIO

F. R. Leavis: Crítico e professor inglês de muito prestígio, foi o fundador, com sua esposa, Q. D. Leavis, da revista *Scrutiny* (Escrutínio), e o principal responsável pela consolidação da Literatura Inglesa como disciplina acadêmica na Universidade de Cambridge.



Richard Hoggart: Tido como um dos “pais fundadores” dos Estudos Culturais. Publicou *The uses of literacy* (Os usos do letramento), seu livro mais conhecido, em 1957, e foi professor de Literatura Inglesa Moderna na Universidade de Birmingham, na Inglaterra, onde fundou, em 1964, o Centro de Estudos Culturais Contemporâneos, do qual foi diretor até 1968.



Raymond Williams: Acadêmico, crítico e novelista Galês (1921-1988). Seus escritos em política, cultura, literatura e cultura de massas refletiram seu pensamento marxista. Foi uma figura influente dentro da Nova Esquerda e na teoria cultural em geral. Mais de 750.000 cópias de seus livros foram vendidos apenas no Reino Unido